



Concluídas as negociações salariais 2018/2019 dos vigilantes do Estado do Rio



Foram encerradas as negociações salariais com os patrões nesta quinta-feira (19/4). Mesmo após 11 sindicatos ligados à Federação do Rio de Janeiro assinarem a convenção coletiva com retirada de direitos dos vigilantes, os Sindicatos de Niterói e região, Petrópolis e região, Itaguaí e Duque de Caxias permaneceram na negociação para barrar a perda de benefícios já conquistados.

Na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos vigilantes de Niterói e região, Petrópolis e região e Duque de Caxias não haverá o contrato parcial de trabalho. Já o contrato intermitente só poderá ser realizado mediante a concordância com o Sindicato.

Desde outubro de 2017 que o SVNIT vinha

insistindo com todos os sindicatos no Estado do Rio para uma campanha salarial unificada. No entanto, quando era esperado que a união das forças conseguiria barrar as malditas cláusulas da nova CLT imposta aos trabalhadores pelo governo golpista de Michel Temer, um racha provocado pelas 11 entidades ligadas à Federação colocou em xeque toda negociação.

O SVNIT, juntamente com Petrópolis e Caxias lutou até o fim para barrar a imposição dos empresários. Muitos sindicatos sofreram retaliação das empresas que não repassaram as contribuições já descontadas do associados com o objetivo de paralisar todas as ações do Sindicato.

“Várias benefícios foram conquistados com a união dos sindicatos nas negociações. No entanto, algumas outras foram inseridas na Convenção Coletiva após o racha. Vamos preparar um informativo para explicar à categoria tudo que foi negociado e o que não aceitamos”, afirma Cláudio Vigilante, presidente do SVNIT.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões

Mais de 3 milhões de trabalhadores recebem FGTS atrasado; outros, nunca recebem

Atuação da CUT junto ao Conselho Curador do Fundo de Garantia ajuda na fiscalização e aumenta em 25% recolhimento do FGTS devido pelas empresas



Cerca de três milhões de trabalhadores e trabalhadoras são prejudicados por empresários que atrasam os depósitos nas contas individuais do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Cerca de 500 mil empresas (16% do total) recolhem FGTS em atraso por motivos que vão da dificuldade financeira à fraude fiscal. Isso sem falar dos empregadores que nunca recolhem os valores devidos ao Fundo.

“É um desrespeito à classe trabalhadora que tem o direito de receber o FGTS em dia, que conta com esse dinheiro na hora em que mais precisa, quando é demitido. Ainda mais, em um momento de crise como o que estamos vivendo”, afirma Cláudio da Silva Gomes, presidente da Conticom e representante da CUT no Conselho Curador do Fundo de Garantia (CCFGTS).

O dirigente alerta para um fato ainda mais

grave que são os empregadores que nunca recolhem o que devem ao Fundo e, portanto, os trabalhadores e as trabalhadoras dessas empresas “nunca receberão”.

Para garantir os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, o Conselho Curador do Fundo de Garantia (CCFGTS), do qual a CUT faz parte, tem apoiado cada vez mais as ações de fiscalização da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

Com isso, no primeiro semestre de 2017, os fiscais notificaram e recolheram R\$ 0,86 bilhão de FGTS devido. No primeiro trimestre deste ano, o valor subiu para R\$ 1,08 bilhão.

“Esse crescimento de 25% mostra o esforço da fiscalização para efetivar este importante direito aos trabalhadores”, diz Cláudio.

Segundo o dirigente, ainda há muito a fazer. Juntas, as empresas que não cumprem a lei devem mais de R\$ 33 bilhões de FGTS. E, desde 2014, por conta de uma decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o prazo de prescrição dessas dívidas caiu de 30 anos para cinco anos.

“Na prática, o trabalhador terá menos tempo para cobrar do empregador na Justiça os valores não depositados no FGTS. É preciso ficar alerta e acompanhar sempre os depósitos”, diz o presidente da Conticom.

Grande devedores

Entre os grandes devedores estão o setor hospitalar, as empresas educacionais e de serviços.

No primeiro grupo, a maior devedora é a Fundação Hospital Umberto 1 (antigo Hospital Matarazzo, que funcionava na região da avenida Paulista), que deve cerca de R\$ 29 milhões de FGTS aos ex-trabalhadores.

No segundo, o caso as empresas do grupo Cândido Mendes, deve R\$ 125 milhões em FGTS, e a Universidade Gama Filho, com R\$ 119 milhões em dívida.

O que diz a lei

Não fazer os depósitos do FGTS da maneira devida é uma infração prevista em lei. Todos os empregadores são obrigados a depositar, em conta bancária vinculada, um valor correspondente a 8% do salário pago a cada trabalhador até o dia 7 de cada mês. Quando a data não for dia útil, o recolhimento deve ser antecipado.

O que o trabalhador pode fazer?

O trabalhador e trabalhadora, individualmente, pode monitorar o pagamento do seu FGTS cadastrando seu celular na CEF, para receber avisos mensais de pagamento e pegar seu extrato.

“Há outras iniciativas importantes que são as denúncias no Ministério do Trabalho - responsável por averiguar as irregularidades, autuar e fazer a cobrança inicial da dívida -, no Ministério Público do Trabalho e no Sindicato da categoria”, lembra Cláudio.

O trabalhador pode também agir individualmente ou coletivamente neste caso recorrendo ao sindicato, que pode acompanhar as dívidas patronais e o seu não pagamento.

As denúncias podem ser feitas pessoalmente ou pela internet, nos sites do Ministério Público do Trabalho (MPT). Podem ser feitas também no sindicato e na CUT. Basta informar o nome da empresa como consta no contrato na carteira de trabalho, o endereço e outros dados que a identifique com mais exatidão.

Confira alguns sites com informações importantes sobre as dívidas do FGTS e os canais de denúncia:

Caixa Econômica Federal

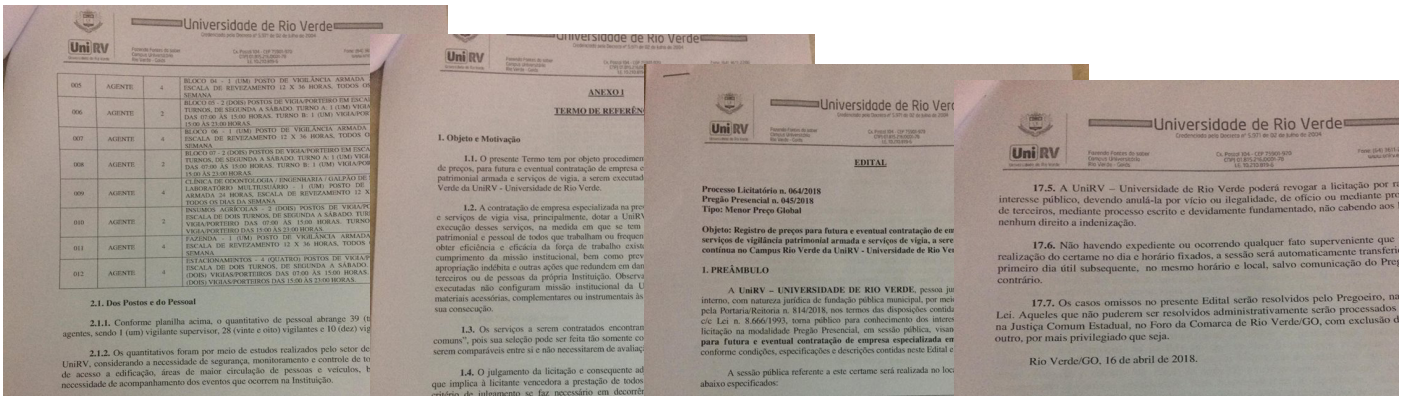
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Geral - Dívida Pública

Ministério do Trabalho

Fonte: CUT

MAIS UMA VITÓRIA PARA OS VIGILANTES DE RIO VERDE/GO



Mais uma vez provamos que quando se trabalha duro e com seriedade na defesa do interesse dos trabalhadores, frutos bons são colhidos. O Sindicato dos Vigilantes de Rio Verde/GO estava há mais de um ano denunciando junto a Polícia Federal e demais órgãos de governo, a forma de contratação de segurantes da Universidade de Rio Verde – UniRV. A entidade denunciou por várias ocasiões que a Universidade deveria contratar obedecendo à lei 7102/83 e isso não estava ocorrendo. Foram muitas denúncias junto ao DPF, inclusive na Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – CGCSP em Brasília. Para tentar minimizar, a Universidade tentou fazer um

concurso público para contratação de vigilantes e mais uma vez, o Sindicato dos Vigilantes de Rio Verde provou que as normas não estavam sendo cumpridas. Agora, depois de tanto esforço, veio a vitória e a Universidade publicou o Edital de Processo Licitatório nº 064/2018, para a contratação de 39 vigilantes. Para o presidente da entidade, Kenio Menezes, foi desgastante, mas finalizamos este processo na certeza de que estávamos no caminho certo. Agora é hora de acompanhar a licitação e continuar de olho para que as empresas de segurança privada de Rio Verde cumpra as regras. E finalizou dizendo: Estamos de olho!

Fonte: CNTV

PISO NACIONAL DOS VIGILANTES

Informamos que o Projeto de Lei nº 7042/2017, de autoria dos Deputados Federais Erika Kokay PT/DF e Nelson Pellegrino PT/BA, que dispõe sobre o piso salarial dos vigilantes no valor de R\$ 3.000, teve andamento, sendo designado como Relator o Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá PP/SP. O PL se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

E este pode receber emendas a partir do dia 19/04/2018. Sugerimos a todos os dirigentes e vigilantes da base que pressionem os seus parlamentares de seus Estados pela aprovação do mesmo e ainda o próprio relator para que o mesmo seja aprovado e nosso piso nacional conquistado.

Fonte: CNTV

Banco do Brasil começa a terceirizar agências inteiras

Depois de promover milhares de descomissionamentos, fechar 13 mil postos de trabalho e centenas de unidades, instituição pública está inaugurando “lojas de atendimento” com funcionários terceirizados que fazem serviços de bancários



Protesto do Sindicato no prédio da Gestão de Pessoas realizado em 2016, quando começou o processo de encolhimento do banco público
Foto: Anju

São Paulo – Desde que o governo Temer tomou o poder, o Banco do Brasil não para de encolher e se descaracterizar. Em parceria com a iniciativa privada, a instituição está abrindo “lojas de atendimento” com funcionários terceirizados que fazem serviços de bancários. No dia 10 de abril foi inaugurada, em São Paulo, uma unidade sob o conceito “Mais BB Padronizado”.

Implantada em parceria com a corretora de seguros Barraconi e a Promotiva, que se autodefine como “gestão especializada de correspondentes bancários”, a unidade oferece a comercialização de produtos e foi “apadrinhada” pela agência Parque Boturussu, localizada em Ermelino Matarazzo, na zona leste da capital paulista.

“Primeiro a direção do Banco do Brasil, sob o comando do governo Temer, fecha centenas de agências, promove reestruturações, planos de demissões e descomissionamentos que resultaram no sucateamento da instituição pública. E agora passou a terceirizar o atendimento respaldado pela nova legislação trabalhista que permite a terceirização de todas as atividades de uma empresa. É a completa desvirtuação do caráter público da empresa”,

alerta Adriana Ferreira, dirigente sindical pelo Banco do Brasil.

BB faz propaganda da terceirização no Conselho Diretor

De acordo com dados do balanço do Banco do Brasil, em setembro de 2016, a instituição contava com 112 mil funcionários e 5.430 agências. Em dezembro de 2017, a empresa encolheu para 99 mil bancários e 4.770 unidades bancárias. São 13.590 postos de trabalho e 660 agências a menos em pouco mais de um ano.

O sucateamento resulta na insatisfação dos clientes. No primeiro trimestre de 2018 o Banco do Brasil foi a terceira instituição financeira com mais de quatro milhões de clientes que mais teve reclamações consideradas procedentes pelo Banco Central.

“Qual a justificativa para encolher um banco público que sempre apresentou lucro e desempenhou papel fundamental no desenvolvimento da economia e da sociedade? Quem se beneficia com esse sucateamento de uma empresa que oferece crédito mais acessível à população e ao setor produtivo?”, questiona Adriana.

Fonte: Bancários SP

Golpe suprime direitos, mas une classe trabalhadora

Com série de ataques e cortes de direitos, a cada dia aumenta mobilização para retomar projeto democrático popular

Os trabalhadores brasileiros choram nesta semana pelos dois anos do golpe contra a democracia, sacramentado pelo espetáculo grotesco dos deputados federais que, a cada voto favorável ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, faziam exaltação à família, aos “bons” costumes e à “luta contra a corrupção”. Aquele show de horrores começou a deixar claro a farsa que seria todo o processo.

O problema é que o espetáculo de barbaridades daquele fatídico dia 17 de abril de 2016 era só a primeira tragédia para o povo brasileiro, que continua a sofrer até hoje. Os golpistas trataram de colocar em prática, de maneira imediata, a política de terra arrasada contra o povo brasileiro. Congelaram por vinte anos o gasto com saúde, educação, segurança, infraestrutura e todas políticas sociais, retirando mais de R\$ 500 bilhões destas áreas, com o intuito de acabar com o SUS e cobrar mensalidade nas universidades públicas. Aprovaram propostas como a Lei da Terceirização –que permite a contratação de trabalhadores terceirizados até mesmo para as atividades-fim das empresas– e o fim das leis trabalhistas, que suprime conquistas e promove um retrocesso de décadas na luta pelos direitos e garantias da classe trabalhadora.

“Também promoveram o desmonte dos bancos públicos, com o desvio de sua função social e reestruturações que diminuem o contingente de trabalhadores, a retirada de bilhões do BNDES, da Caixa (Econômica Federal), do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, reduzindo a capacidade destes concederem financiamentos e promoverem investimentos que contribuiriam com a retomada do desenvolvimento socioeconômico do país”, apontou Juvandia Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

E não para por aí. A tentativa de atacar à Previdência Pública, impedida pelo povo, que foi às ruas contra mais essa barbaridade, fracassou. Porém, ainda é um objetivo dos representantes do governo, que só pensam em beneficiar a eles mesmos e àqueles que financiaram o golpe.

Os argumentos eram de que em seis meses a economia ia se recuperar, mas o desemprego só cresce. Além disso condenaram milhões de brasileiros à miséria e a fome. O rombo nas contas do governo, nos últimos dois anos, foi de mais de R\$ 270 bilhões

Quem lucrou com isso foi o mercado financeiro. Os cinco dos maiores bancos do país obtiveram lucro líquido de mais de 70 bilhões ano passado.

“Se de um lado a eletricidade, o gás de cozinha e os combustíveis não param de subir, do outro foram perdoados R\$ 25 bilhões em multas do Itaú, além de R\$ 1trilhão em isenção de impostos para as petroleiras internacionais”, lembrou a presidenta da Contraf-CUT.

Mobilização contra o golpe

Para Juvandia, conforme o golpe foi se aprofundando, foi ficando claro para um número cada vez maior da população, da juventude e da classe trabalhadora que o impeachment não tinha nada a ver com o fim da corrupção, e sim que visava colocar em marcha a retirada dos direitos do povo.

“Todo esse conjunto de ataques e caça aos direitos vem demonstrando para o povo brasileiro que a única forma de derrotar o golpe é por meio da mobilização popular. As instituições do Estado brasileiro, todas elas, tornaram-se reféns e completamente controladas pelos golpistas. Tudo isso em apenas dois anos. Por isso, só a organização e a luta do povo nas ruas podem impedir que este cenário se amplie e piore”, afirmou.

Fonte: Contraf-CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF